

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONVÊNIO FUNAI/SIL - 1983

*"The point is that when you have a good motive,  
rules become secondary"*

James Warren (pseudônimo de Cameron Townsend,  
fundador do SIL/WBT)

In: REMBAO, Alberto, Outlook in Mexico, N.Y.,  
Friendship Press, 1942: 16, 19

Citado por

STOLL, David, "Words can be used in  
so many ways", In: HVALKOF, S. & AABY, P.  
(eds) Is God an American? Denmark,  
Vinderus Bogtrykery A/S, 1981, p. 26

Excerto do Diário de Campo de Richard Chase Smith (1944 - )

(Ph.D. Cornell University. Desde 1966 faz pesquisas entre os Amuesha, no Peru, engajando-se profundamente em sua luta política).

"15, julho, 1973 (Domingo) Porrayo. Esta manhã sentei-me ao lado de meu pai durante o culto celebrado na Escola. Sebastião, o monitor bilingüe, estava pregando e dirigindo o Cântico, usando materiais preparados e distribuídos pelo WBT/SIL\*. Não pude compreender o que ele estava dizendo, então pedi a meu pai para traduzir. Não podia acreditar no que estava ouvindo quando ele traduzia. O monitor bilingüe estava dizendo para a assembléia que eles eram "judeus" porque eles não acreditavam em nada e por isto estavam crucificando o deus dos cristãos assim como os judeus perseguiram e crucificaram Jesus. Senti um aperto no coração. Como pode Sebastião estar dizendo tal coisa? Não pude tirar essas palavras da minha cabeça pelo resto do dia."

"Lembrava-me de suas palavras e associava-as à alienação, interrogando-me sobre o quanto pode um povo, como os Amuesha, ser vulnerável a este tipo de alienação. De acordo com minhas observações o processo parece se dar assim: Primeiro os Amuesha são convencidos de que sua existência tradicional constitui um problema; isto é, que eles não acreditam em nada e que, além do mais, têm tornado as coisas difíceis para o deus cristão (o primeiro e único). Uma vez convencidos disto, eles se tornam alienados do sentido nativo do próprio Eu. Então, são convencidos de que o mundo do homem branco possui a solução para seus problemas; aí, eles se tornam duplamente alienados. Finalmente, são convencidos a rejeitar suas próprias interpretações da realidade - já que, por definição, esta é a questão - e a aceitar a interpretação do homem branco como a solução para seus problemas. Neste ponto eles se tornam triplamente alienados de si próprios. Os perpetradores deste tipo de violência agem com tanta amabilidade, tanta benevolência, tanta convicção que os Amuesha se tornam indefesos contra ela... não a recusam."

\* WYCLIFFE BIBLE TRANSLATORS/SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS

Este parece ser o mesmo tipo de mistificação a que se refere Laing. Mistificação: fazer com que as coisas pareçam ser o que não são ... a criação de véus entre a pessoa e o sentido de si própria ... o ofuscamento de sua própria realidade. Isto pode acontecer de várias maneiras. Antes de serem submetidos a este tipo de alienação, os Amuesha crêem profundamente em sua interpretação tradicional do mundo, um mundo que para eles é rico, pleno e carregado de sentido. Então, representantes do mundo do branco lhes dizem que eles não acreditam em nada, que sua interpretação é falsa, que seu mundo não existe. Dizem-lhes também que se eles acreditarem no mundo do homem branco, estarão então acreditando em alguma coisa. Isto não é um tipo de mistificação? Este volteio missionário não é sair de alguma coisa em direção a nada e de nada para alguma coisa? Não estão dizendo aos Amuesha que eles não acreditam em nada quando de fato acreditam? Inversamente não é a mesma mistificação dizer que acreditando no mundo materialista e empobrecido do homem branco eles estarão acreditando em alguma coisa?"

"Não há nenhuma forma de evitar a conclusão de que a WBT/SIL é um agente deste processo de alienação e mistificação. Eles preparam os Sebastões, Domingos e Miguéis para pregar a alienação para suas próprias comunidades, em sua própria língua, manipulando seus próprios conceitos. E os missionários da WBT/SIL lavam suas mãos, e ainda podem sorrir."

SMITH, Richard Chase, "The Summer Institute of Linguistics: Ethnocide Disguise as a Blessing" in: HVALKOF, S. & AABY, P. (eds) Is God an American? Denmark, Vinderus Bogtrykery A/S, 1981: 121-32, (tradução provisória de Péricles Cunha).

A ciência lingüística no Brasil é muito recente. Mesmo assim, o país tem dado largos passos no sentido da produção de conhecimentos ao nível da ciência que se produz nos centros mais adiantados. Uma das riquezas potenciais para o desenvolvimento desta ciência no Brasil é, justamente, o estudo das línguas indígenas brasileiras. Mas é, precisamente, nesse campo onde este desenvolvimento se dá mais lenta, difícil e laboriosamente. Vários motivos podem ser apontados para a compreensão deste fato. As dificuldades do trabalho de campo mais do que os problemas enfrentados pelo pesquisador:

- dificuldades de acesso à área
- adaptação às duras condições de sobrevivência
- lentidão do trabalho de coleta, análise e descrição, necessitando de muitas idas e vindas
- dedicação exclusiva

são consequência da escassez de verbas para a pesquisa que, na maioria dos casos, exige razoável investimento. A escassez de verbas para a pesquisa reflete a pouca importância atribuída pelos órgãos oficiais ao tipo de trabalho a ser realizado ou o desinteresse concreto em seus resultados. Esta pouca importância ou este desinteresse se verifica, possivelmente, por duas razões aparentes

- a falta de empenho em resolver, responsabilmente, com justiça e equidade, o problema do índio brasileiro e das frentes de expansão da sociedade nacional
- a possibilidade de utilizar, para efeito de justificação perante a sociedade, os serviços de uma instituição missionária que se utiliza do estudo da linguagem para fins estritamente catequéticos

Este quadro permitiu à FUNAI o estabelecimento de uma aliança com o SIL, atendendo adequadamente aos objetivos das duas Instituições:

- da parte da FUNAI, a necessidade de demonstrar à sociedade nacional empenho na consecução de seus objetivos

- da parte do SIL, a possibilidade de, escudado no caráter científico emprestado ao estudo das línguas indígenas brasileiras, fazer proselitismo religioso, traduzindo a Bíblia e "fazendo a cabeça" de "monitores bilingües", criando assim a infraestrutura básica para a deflagração do processo de negação das culturas indígenas, reduzindo-as à sua muito particular visão de mundo.

Enfim, uma aliança de meios para mútuo despistamento de fins.

Ora, o SIL, como missão religiosa que é, e cujo objetivo explícito é traduzir passagens bíblicas para as línguas indígenas, tem uma filosofia de trabalho e de vida em muitos aspectos conflitante com as sociedades indígenas e a sociedade nacional.

Mas o que é mais grave, e por isso com conseqüências mais profundas e portanto mais nefastas, não são para os Índios como para o desenvolvimento de competência nacional nesta área de estudos, é que o SIL, por contar com um numeroso contingente de missionários e com uma infraestrutura considerável, espalhada por pontos estratégicos do país (para facilitar o acesso às comunidades indígenas e servir de base para a assistência técnica e de sobrevivência aos seus membros), ficou sendo a única assessoria lingüística com que contava a FUNAI que, por sua vez, não contava com nenhum lingüista, ou instituição brasileira trabalhando com línguas indígenas, que lhe pudesse avaliar criticamente a ação lingüística do SIL.

Por dispor, o SIL, das facilidades que em contraparte lhe oferecia a FUNAI (enquanto pesquisadores brasileiros penavam para conseguir uma mera autorização de permanência em campo) e por ser a única instituição a se ocupar destas tarefas junto à FUNAI, o SIL se tornou, de fato, o "institucionalizador" de uma política lingüística nacional implícita, a qual parecia excluir, não só a comunidade lingüística nacional, como também o próprio Órgão que lhe permitiu a ocupação deste espaço.

Não é lugar aqui para atribuição de culpas ou erros ou omissões. Se assim o fosse teríamos de distribuí-los entre todos nós: FUNAI e Comunidade Acadêmica. O que importa ressaltar é que uma instituição estrangeira, de caráter missionário, cujos membros têm extrema dificuldade em se adaptar aos nossos costumes, e em certos casos, mesmo em aprender a nossa língua oficial - o português -, a esta instituição estrangeira, foram delegados poderes jamais delegados a instituições nacionais e que, por força disto, vêm ocupando um espaço que jamais pode ser ocupado pela comunidade lingüística nacional.

O fato do SIL sempre ter servido à FUNAI, e estar sempre prestes a servi-la, não importando quais sejam as suas políticas, ou seus objetivos a curto ou longos prazos, têm certamente contribuído para que a comunidade linguística nacional não possa se desenvolver de acordo com seus ideais e suas potencialidades, já que este desenvolvimento depende de sua total incorporação na produção deste conhecimento. Por outro lado, não deixa de ser fonte de agravamento desta situação o fato de uma instituição nacional, a FUNAI, em detrimento de instituições nacionais como a UNICAMP, o MUSEU NACIONAL (que têm, entre outras, como atividade-fim, o conhecimento de línguas indígenas brasileiras), privilegiar uma instituição estrangeira, o SIL, concedendo-lhe espaço para realização de sua atividade-meio (o conhecimento das línguas indígenas brasileiras) já que sua atividade-fim é a tradução da Bíblia e a catequese dos Índios, atividade esta, em todos aspectos reprovável, e em franco desacordo com os objetivos estatutários do Órgão Tutelar.

Assim, - e não poderia ser de outra maneira - o conhecimento das línguas indígenas brasileiras, pelo SIL, teve sempre objetivos científicos bastante restritos devido à própria característica da instituição-missionária e aos fins a que se propõe: a tradução da Bíblia. Além disso, os missionários do SIL, dando por encerrada a sua missão, retornam a seus países de origem ou a outros países onde dão continuidade à sua tarefa de traduzir a Bíblia. Perdendo assim, a FUNAI e o Brasil, o especialista em determinada língua indígena que tanto custou a formar em tempo, dinheiro e paciência dos Índios, ficando apenas com um exemplar da Bíblia (sem condições de avaliar o que aí está sendo veiculado), umas tantas cartilhas - em certos casos questionadas pelos próprios Índios - e alguns trabalhos técnicos, - cuja qualidade não tem meios para verificar.

O compromisso do SIL com o país jamais pode ser comparado ao compromisso dos cidadãos deste país com a sua Nação. Por isso mesmo, conceder ao SIL privilégios e responsabilidades, em detrimento da comunidade linguística nacional, não é uma ação inteligente ou responsável por parte do Estado. Os profissionais brasileiros são um investimento que permanece no país, desenvolvendo um Saber cada vez mais necessário para as relações da sociedade nacional com as populações indígenas e destas com a sociedade nacional. A comunidade acadêmica nacional, por suas próprias características, tem um interesse diversificado no conhecimento dos povos indígenas e objetivos mais nobres do que o de convertê-los a uma religião qualquer, além de reconhecer aos Índios direitos de cidadania, e a sua diversidade de culturas, riqueza e patrimônio da Nação brasileira. E não se trata aqui de mero nacionalismo "rasteiro e xenofobo", como bem lembrou a ABRALIN.

O estudo científico das línguas indígenas brasileiras não deve

pois ser reduzido à mera documentação de línguas, busca de parentescos genealógicos, reconstituições de proto-línguas, datações glotocronológicas e estabelecimento de tipologias lingüísticas, por mais importantes que sejam, como o são de fato. E a ação educacional exige muito mais responsabilidade em sua execução que se pode traduzir por um conhecimento das línguas indígenas que leve em consideração a competência comunicativa além da competência lingüística, dos processos educacionais próprios de cada grupo, de suas crenças, sua filosofia, sua compreensão de seu destino no mundo, enfim uma ação educativa que respeite a sua singularidade e que lhes permitam a travessia sem traumas para as novas realidades que terão de enfrentar, sem que se destrua a sua especificidade, os seus valores, seus modos de ser.

Continua vasto e inexplorado o campo que se estende aos estudos sociolingüísticos, desde a determinação das áreas dialetais até o planejamento lingüístico, passando pelos estudos de bilingüismo, multilingüismo, de línguas crioulas ou língua geral. Quase nada se fez no que diz respeito à retórica das línguas indígenas ou à análise de discurso, trabalhos estes ainda mais essenciais para o planejamento dos programas educacionais do que os tradicionalmente considerados.

Em suma, trata-se de investir num profissional que tenha como fim a construção de um saber voltado para os interesses da própria Nação e com que se possa contar quando necessário. E, ainda mais, trata-se de ampliar o âmbito da pesquisa, estendendo seu campo ao domínio da competência comunicativa, sem interromper, antes estimulando-os, a continuidade dos trabalhos que dão conta da competência exclusivamente lingüística. Finalmente, trata-se de desenvolver competência nacional nestes domínios, possibilitando nossa maturidade científica na área, a formação de uma assessoria técnica responsável e eficiente em relação aos programas da FUNAI e impulsionando o desenvolvimento de nossas Universidades.

Não podemos deixar de chamar a atenção sobre a relevância destes estudos para as Ciências Humanas: Antropologia, História, Sociologia, Política, etc., as quais têm na linguagem um instrumento de trabalho fundamental.

O incremento destes estudos pelas nossas Universidades permitirá a incorporação dos novos conhecimentos desenvolvidos pelas recentes pesquisas no domínio da Etnociência, de importância central para o conhecimento abrangente da realidade do índio e a implantação de quaisquer programas do Órgão Tutelar, principalmente os de Educação.

Voltando ao SIL, a sua presença no Brasil teve origem em contatos mantidos, desde 1954, com o MUSEU NACIONAL, culminando em acordo de cooperação técnica, em 1959. Em 1963, um acordo foi firmado com a UnB e, em

À FUNAI importaria privilegiar a comunidade acadêmica nacional, concedendo-lhe o espaço tradicionalmente concedido ao SIL, realizando convênios com a UNICAMP e o MUSEU NACIONAL, de início, já que nestas instituições se encontra o maior número de pesquisadores de línguas indígenas, embora em muitas outras universidades brasileiras existam pesquisadores competentes dos quais a FUNAI não pode prescindir, devendo também incluí-los em convênios.

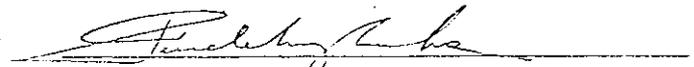
A possibilidade, que inicialmente temia, do surgimento de um vazio no trabalho com as comunidades indígenas pela possível evasão dos pesquisadores do SIL, após o rompimento do convênio, não deve ser encarado como um problema insolúvel, mas como um desafio que é colocado à comunidade acadêmica no sentido de ocupar os seus espaços, e como a possibilidade de sensibilização dos órgãos financiadores para a relevância deste trabalho tanto no que diz respeito à integridade, à Memória e à Reconstrução Nacional, quanto à consideração devida às comunidades indígenas. Por isto mesmo não creio que o fato do rompimento do acordo com o SIL venha a criar problemas intransponíveis para a FUNAI, como se pensou a princípio, mesmo porque não fica descartada a participação de membros do SIL como pesquisadores independentes. Além do mais, o fato da FUNAI passar a utilizar sistematicamente a cooperação da comunidade linguística nacional permitirá o desenvolvimento necessário e indispensável de competência nacional nesta área, desenvolvendo a nossos quadros acadêmicos a prerrogativa de ser a fonte, por exceção, da elaboração de uma política linguística nacional.

Em resumo:

1. O problema criado pelo acordo FUNAI/SIL é um problema de natureza política mais do que técnica (embora não se possa deixar de relacionar estes dois aspectos). Por isso, politicamente, convém à FUNAI, o rompimento do acordo com o SIL sem contudo criar dificuldades para que seus membros tenham acesso a áreas indígenas, desde que submetidos à legislação nacional que regulamenta o trabalho de pesquisadores estrangeiros.
2. Em consequência, é aconselhável a realização imediata de convênios com a UNICAMP e o MUSEU NACIONAL, a princípio, a fim de que o Órgão possa contar com assessoria técnico-científica, não só no que se refere à descrição das línguas indígenas brasileiras, incorporados os seus aspectos sócio-linguísticos, discursivos etc. como também aos Programas de Educação: alfabetização (bilingüe ou não), Ciências Naturais e Biológicas (levando em conta as pesquisas de Etnociência nas áreas de matemática, física, biologia, ecologia), Ciências Humanas, Ciências da Comunicação, etc.

3. Por interessar, à FUNAI, os resultados da pesquisa científica, é aconselhável também que procure sensibilizar os órgãos financiadores sobre a importância destas pesquisas para a consecução de seus objetivos. Não seria talvez ir muito adiante sugerindo um grande convênio CNPq-FUNAI-UNIVERSIDADES, com o objetivo de garantir a Coleta, Análise, Descrição e Documentação das Línguas Indígenas Brasileiras, embrião talvez de um "SIL" nacional sem os inconvenientes do outro:

- o caráter secundário dado ao conhecimento científico
- o caráter missionário desestruturador das etnias indígenas
- a interferência estrangeira em assuntos de exclusiva competência da nacionalidade.



Péricles Cunha  
Linguista DAI/DE

NOTA: Estas considerações representam a minha posição pessoal sobre tais questões. Entretanto, estou seguro de que, em suas linhas gerais e suas conclusões, representam também o pensamento da maioria dos pesquisadores comprometidos com a causa indígena. Pode ser que existam alguns aspectos que eu desconheça. Por isso não pretendo, aqui, esgotar o assunto. Interessante seria a FUNAI, antes de tomar qualquer decisão a respeito, consultar outros profissionais da área, principalmente aqueles cujas posições representam correntes de opinião na sociedade.